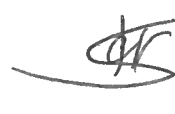
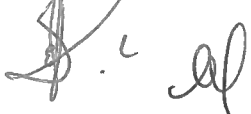


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ipiranga, 60 – Centro
CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 13/2024

Aos vinte e três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 18:40 horas, em segunda chamada se reuniram os conselheiros municipais de saúde, na sede da Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 60, Centro da Cidade de Canoas, com a seguinte pauta: Informações da Mesa, Parceria Público Privada na Saúde de Canoas, Procedimentos no HU e assuntos Gerais. O Presidente dá as boas-vindas aos presentes e pergunta se está presente alguém do Hospital Universitário para apresentar os procedimentos de Ouvidoria do HU e dar explicações acerca das muitas reclamações, quanto a procedimentos de exames, tendo em vista máquina estragada. Dizendo que o paciente chega no dia de coleta e mandam embora. Duas vezes já aconteceu com o mesmo paciente. O secretário de Saúde Mauro Sparta solicita nome e data e o Presidente Mário diz que irá lhe passar, inclusive com o áudio enviado. O Presidente Mário fala contrariado sobre o processo de divulgação das atas do CMS e comenta que a responsabilidade do Conselho de Saúde (CMS) está na elaboração da ata e sua consequente aprovação. A partir daí passamos ao Escritório de Comunicação (ECOM), responsável pela inserção no site. Não cabe a nós publicarmos. Continua dizendo não saber como perderam o acesso as atas. Nosso secretário da Mesa conseguiu as atas e entregou a secretária adjunta Ana, à época. Se surpreendeu com a cobrança novamente do material, feito pela SMS e Secretaria de Transparência. Diz que perdeu a paciência, literalmente "chutou o balde". Por ser muito cioso e responsável, novamente, o secretário Eduardo forneceu o material. Fala que acertou com o responsável pela transparência de que a ligação será feita com a Transparência e não mais com o ECOM. Secretário Sparta questiona se já foi resolvido e o Presidente Mário reitera que o secretário Eduardo, já resolveu. O Presidente Mário informa o Secretário Sparta que precisaremos uma reunião, na segunda semana de outubro, com a presença dos coordenadores de quadrante, para tratar de assuntos referentes as UBSs, sugerindo que a secretária marque, com preferência para o final de tarde. O conselheiro Ivo reclama do funcionamento da internet na UBS Santo Operário e no Quadrante Noroeste. O conselheiro Eduardo solicita que seja mais específico e o conselheiro Ivo complementa que, de acordo com a apoiadora do Quadrante, as UBSs União, São Luiz, Cerne e Harmonia. O diretor Gilvane responde que já vem conversando há algum tempo com o conselheiro Ivo e que a Canoastec é a responsável pelo funcionamento e que de acordo com "eles", o problema antena que serve estas Unidades. O Presidente questiona o prazo de solução e a conselheira Priscila diz que o CERTEA ficou um tempo sem internet, contrataram uma internet "por satélite e isto supriu as necessidades. O diretor Gilvane diz que é uma antena de trinta metros e que quando é pouco (um ou dois computadores), através de um modem, dá para fazer, mas neste caso não, salientando que a previsão é até o final do mês. O secretário da Mesa Diretora apresenta pedido de liberação da leitura da ata 12.2024, do dia 09/09/2024, tendo em vista que foi encaminhada ao grupo de conselheiros municipais com antecedência e melhor aproveitamento da reunião para debates. A gestora do SAE, Deise, pergunta qual grupo. O Presidente Mário responde que a ata só pode ser publicizada após a aprovação, explicando que quem recebe a ata, antes da análise são os conselheiros municipais, que apreciam a ata e encaminham, possíveis pedidos de adequação da ata, ao que realmente aconteceu na reunião anterior. O conselheiro Eduardo complementa que os conselheiros locais ou interessados, podem verificar no site da Prefeitura e questionar na próxima reunião, ficando registrada sua opinião, demandando discussão do teor em reunião e proporcionando debate. Liberada a leitura, o Presidente coloca a ata em votação e esta é aprovada por unanimidade. O

conselheiro Eduardo pede a secretária executiva do CMS que passe a ata para assinatura dos conselheiros. O Presidente pede que a ata não seja rasurada, pois perde a validade. O secretário Sparta diz que as discussões são oportunidades de fazer mudanças. É um processo de controle social, que deve ser aberto. Faz várias ponderações. O Presidente ao iniciar a pauta, passa ao secretário Sparta para apresentar o Parceria Público Privada no HU. O secretário diz que a legislação é de 2004 e serve para diversas áreas da administração. É necessário que haja planejamento e organização, para só depois se aprofundar o processo, realizado em várias etapas. Assim apresenta o servidor Nelson Lidio, que trabalha no Gabinete do Prefeito, na área de PPP. O funcionário relata que já fez o PPP da iluminação pública, dizendo que haverá redução de quarenta por cento nos gastos. Agora o PPP do HU, está começando. Diz que o investimento é da Presidência da República. Quem ajuda é a Caixa econômica Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Depois da avaliação Inicial e Diagnósticos e da estruturação do processo, vem as audiências públicas para discutir todas as dúvidas. Hoje o BID está coletando informações e buscando empresas para fazer o processo. A CEF está prevendo gastos de novecentos mil reais. São vários investimentos. Hoje o HU administra quinhentos e quarenta e seis leitos, sendo um dos objetivos alcançar setecentos leitos. O conselheiro Eduardo questiona se o valor de novecentos mil dólares é em moeda americana ou proporcional e quem pagará. O Senhor Ildo responde que a previsão é em moeda estrangeira, mas pode ser menor e que ao final do projeto a empresa ganhadora irá ressarcir a CEF. O conselheiro Eduardo pergunta, pois pelo que entendeu o município não irá pagar nada. O servidor Ildo confirma que o município nada irá pagar e menciona a questão do retorno financeiro da empresa ganhadora, que poderá explorar a questão dos convênios e de hospital escola, com receita referente a alunos. Enfatiza que o processo é um assunto de estado e não de governo, dizendo que se tudo ocorrer bem, o finalizar será no ano que vem. Serão várias etapas e cada uma deve ser discutida. Cita as cinco etapas: avaliação Inicial e Diagnósticos, estruturação, controle Social, licitação e contratação e apoio à gestão do contrato, feito pela Casa Civil da Presidência da República. Diz que os pagamentos dentro dos parâmetros, levando em consideração se foram atingidos ou não os objetivos. O conselheiro Eduardo pergunta quem fiscaliza o projeto, A conselheira Denise, pergunta qual os órgãos que monitora e os prazos. O Sr. Ildo responde que o processo é de quase trinta meses e quem verifica o cumprimento é a secretaria de saúde. As regras já foram definidas e quem está a frente do projeto tem muita experiência. O secretário Sparta fala que Porto Alegre e Canoas tem este processo de PPP, sendo que Porto Alegre resolveu fazer um hospital novo, enfatizando que em cada projeto são várias secretarias que fazem parte. O Sr. Ildo faz um diferencial entre o projeto do hospital novo, em Porto Alegre e o do HU, que tem como objeto a construção e aqui, uma atualização de espaço físico e equipamentos. Fala que tudo é considerado dentro do Projeto, existindo diferenças de cada "estado". A conselheira Priscila pergunta o percentual de atendimentos SUS e privado e o servidor Ildo responde que não existe a definição fixa e que o Projeto define. O secretário Sparta fala que normalmente, é 60 % SUS e 40% privado e convênio. Revela que "queríamos" 70% SUS e 30% convênio. O Presidente Mário diz que a responsabilidade do Controle Social é muito grande. Precisamos acompanhar e pede os conselheiros atenção as fases, pois a terceira fase, a do Controle Social, terá a coincidência com a formulação do Plano Municipal de Saúde. A conselheira Nedi reclama da redução de dez por cento no atendimento ao SUS, porque em uma população como a de Canoas, significa muitos atendimentos. O conselheiro Eduardo diz que o sistema tem que se sustentar e os dez por cento, pode significar a continuidade. A secretaria Sparta diz que quem define o percentual é a população. O servidor Ildo diz que a obrigação da administração é "trazer qualquer atualização" e julga que este projeto é o principal que Canoas está propondo, colocando-se a disposição para manter o Conselho atualizado. O conselheiro Saulo fala que todos nós sentimos com o caso do Gamp. Cita que estamos mais seguros. É importante termos controle



e que isso fique claro, no mecanismo de controle. São vinte anos de contrato e deixa claro que é vital que nos envolvamos no projeto com ferramentas de controle. O Sr. Ildo fala que o Projeto será colocado na B3. O governo vai dar os parâmetros e a solidez do processo, não permitirá que qualquer empresa entre no processo. O secretário Sparta reforça que a premissa é de que o contrato seja de até vinte anos e isso exigirá que seja empresa sólida. O Sr. Ildo declara que todas as empresas que participaram do consórcio da iluminação foram fiscalizadas. A conselheira Denise pergunta como fica o hospital durante o período do Projeto, em todas as suas fases. O servidor Ildo responde que continua nas mãos da administração. O secretário Sparta complementa que o hospital continua com intervenção, mas que já foi feito um processo de cedência, com ganhador já definido e com data prevista de início e que neste mesmo, sendo de cinco anos, já prevê a extinção do contrato, quando o Processo de PPP for concluído. A Sra. Renata, nutricionista, pergunta se o atendimento SUS, do HU, hoje seria de cem por cento. O secretário Sparta diz que hoje, sim e que na licitação atual, a oferta de leitos é de quatrocentos leitos, dos quinhentos e quarenta e seis existentes. A conselheira Marlise questiona quem faz o projeto e o Sr. Ildo responde que quem escolhe para fazer o projeto é o BID. O conselheiro Eduardo explica que, normalmente, a CEF paga por etapa e pergunta se houver desistência, por parte da Prefeitura. O coordenador do Projeto, Sr. Ildo, esclarece que o convênio com a CEF, estabelece etapas e que se não for completado o Projeto, terá o município que ressarcir. O Presidente Mário questiona se é projeto de estado e não governo, o que acontece se o administrador não quiser fazer. O Sr. Ildo responde que o Projeto é feito pela União, dificilmente não irá querer. A Sra. Paula Nunes pergunta quem definiu que o valor seria o auferido e o Sr. Ildo responde que quem definiu foi a CEF e o BID. O conselheiro Eduardo questiona se o contrato é de vinte anos, o que aconteceria se a Prefeitura decidisse extinguir o contrato em dez anos e a resposta do Sr. Ildo foi de que leva um período longo para recuperar os investimentos e o contrato deve prever a hipóteses, permitindo o ressarcimento parcial dos custos. O conselheiro Ivo Nunes pergunta se a Comissão de Saúde da Câmara irá acompanhar. O Sr. Ildo fala que, obrigatoriamente, o Tribunal de Contas da União e do Estado tem interferência direta e vai fiscalizar. Reitera que quando houver, qualquer dúvida, podem "nos" convocar. Ratifica que somente Porto Alegre e Canoas tem os projetos de PPP, só que lá tem obra física. O Presidente Mário agradece a participação do Sr. Ildo, estendendo ao secretário Sprada a gratidão, pela oportunidade de receber uma "verdadeira aula", de PPP. O conselheiro Eduardo diante de tão relevante Projeto, solicita ao Sr. Ildo que sempre que haja novidades, venha ao CMS. O servidor Ildo agradece o privilégio de estar no CMS e poder falar aos conselheiros que tem tão importante trabalho e garante que caso haja novos procedimentos virá a o Conselho Municipal de Saúde e promete que não teremos surpresas. Em assuntos gerais, o Presidente Mário diz que dia 25/09/2024 teremos reunião com usuários do Laboratório T, da SMS. Menciona que em cinco de setembro foi criado mais um conselho local, o do CTA e SAE e que estão presentes para se apresentarem. O coordenador Geral de Conselhos Locais, conselheiro Eduardo Favero, convida os componentes do novo CLS. Eleitos como coordenador, o Sr. Lucas Silveira e Sra. Paula Nunes, como coordenadora adjunta. O conselheiro Eduardo, agradece o trabalho do conselheiro local, Sr. Fernando, do PAC, pelo apoio e auxílio na criação deste conselho local e dá um prazo de três dias, ao coordenador de Quadrante, Sr. Ivo Nunes, para providenciar na ficha de eleição. O Presidente, informa que o Hospital Universitário não se fez presente, diretor doutor Potrich, não poderia vir hoje, mas que mandaria alguém, o que não aconteceu e garante, que na próxima reunião, estará no CMS. A conselheira Nedi pergunta como estão as cirurgias provenientes do Ambulatório T e a gestora Deise, do SAE, que tem ligação com o Ambulatório T, responde que quem envia para cirurgia é o HU e que trabalhamos lá, com hormonização. As cirurgias são realizadas no Hospital de Clínicas e estamos negociando para fazer em Rio Grande. A conselheira Nedi cobra a volta do SAE para o prédio da Avenida Brasil. A enfermeira Aneara responde que com a enchente, foram

alocados para a Guilherme Shell e que não voltarão a Avenida Brasil, pois até o dia 27/09/2024 receberão definição da licitação, realizada para ver novo local. A partir daí, irão adequar as necessidades, sendo a previsão, para a transferência do serviço, o início de outubro. Reunião participativa e produtiva. Exemplo de fortalecimento do controle social. Finalizada a reunião às 20:49 horas, o Presidente agradece a Presença de todos e assim, para constar eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

Aut.
Lando HSC
dep
aut.
Favero
Favero
Favero
Favero
Favero
Favero